

Relatório Anual da Administração

A ENTE oferece a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais	2017	2016
Disponibilidade (%)	99,97%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2017, a ENTE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2016; 2. Gestão de P&D

2017/2018; 3. Cabeça de série do sistema digital de medição de correntes de bancos capacitores série e transmissão de dados adquiridos através de dispositivo sem fio; 4. Tecnologia de sensores em fibras óticas para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica - TCCON 2; 5. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão; 6. Desenvolvimento de metodologia de otimização de traçado e projeto de linhas de transmissão empregando técnicas quantitativas em sistema de informações geográficas; 7. Desenvolvimento de Sistema de Realidade Virtual e Aumentada para Treinamento e Auxílio à Manutenção; e 8. Fadiga de cabos de Alumínio

liga (CAL) 1120 e 6201: Estudo comparativo, efeito de grampos AGS e de endomes pré-formadas. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Como forma de incentivo à cultura e ações sociais, a ENTE está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os quais destacamos: Fundação Verdescola e Confederação Brasileira de Rugby, além de doações para 5 instituições no Estado de São Paulo. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards - IASB*, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2017, os resultados da ENTE foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	159.010	163.959
EBITDA	187.704	149.728

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da ENTE.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota		2017		2016	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.328	37.481			
Contas a receber da concessão	7	241.339	237.496			
IR e CS compensáveis		14.145	7.747			
Outros tributos compensáveis		109	109			
Outros ativos		6.236	4.749			
		292.257	287.582			
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	6	4.703	4.295			
Contas a receber da concessão	7	317.174	353.398			
Outros ativos		7.583	8.171			
Investimentos	8	106.995	106.288			
Imobilizado		118	127			
Intangível		370	580			
		436.943	472.859			
Total do ativo		729.200	760.441			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota		2017		2016	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015						
Aumento de capital						
Lucro líquido do exercício			18.823			
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal				5.845		
Incentivo fiscal				19.579		
Pagamento de dividendos adicionais propostos						
Dividendos intermediários						
Juros sobre capital próprio declarados						
Dividendos adicionais propostos						
Saldo em 31 de dezembro de 2016						
Aumento de capital						
Lucro líquido do exercício			19.579			
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal				3.916		
Incentivo fiscal				19.128		
Pagamento de dividendos adicionais propostos						
Dividendos intermediários						
Juros sobre capital próprio declarados						
Dividendos adicionais propostos						
Saldo em 31 de dezembro de 2017						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala D - São Paulo - SP. A ENTE possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão	
Número	Data da entrada em operação comercial
085/2002	30 de setembro de 2002

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL, e corrigida anualmente, para períodos definidos em ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ENTE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a receber da concessão".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2018. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A ENTE revisa suas estimativas anualmente. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ENTE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados como "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber da concessão são classificadas em duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permitida - RAP como "ativos financeiros" pelo custo amortizado e a parte recuperada pela indenização no final da concessão como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2 Contratos de concessão:** De acordo com a ICP 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor por meio de recuperação. Em 31 de dezembro de 2017, a ENTE não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4 Passivos financeiros:** A ENTE classifica fornecedores e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado. **3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a ENTE possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6.1 Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável em ações de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis e ajustar suas estimativas e premissas anualmente. **3.7 Tributação:** **3.7.1 Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; **3.7.2 Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: O imposto de renda e a Contribuição social da ENTE são calculados pelo regime de lucro real. A ENTE possui incentivo fiscal aprovado

pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. **Diferidos:** Impostos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8 Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela ENTE. A ENTE reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICP 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: **3.8.1 Receita de implantação de infraestrutura:** A ENTE, abrangida pelo escopo da ICP 01 (IFRIC 12), registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da ENTE avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a ENTE não identificou nenhuma margem de lucro líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **3.8.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. **3.8.3 Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. **3.8.4 Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.9 Resultado por ação:** A ENTE efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Uma série de novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A ENTE não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações contábeis e também não planeja adotá-las de forma antecipada. **Pronunciamento - Descrição - Vigência:** CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes; Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração; Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; Refere-se à convergência do IASB sobre o reconhecimento de receita; Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil; Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial; Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração da ENTE avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47 e 48 e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa e bancos	19	44
Aplicações financeiras	30.309	37.437
	30.328	37.481

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 98,21% do CDI em 31 de dezembro de 2017 (96,67% do CDI em 31 de dezembro de 2016), possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017, a ENTE manteve saldo no ativo não circulante de aplicação em fundo de investimento no valor de R\$ 4.703 (R\$ 4.295 em 31 de dezembro de 2016), destinado ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira, os quais deverão ser previamente aprovados pela SUDAM.

7. CONTAS A RECEBER DA CONCESSÃO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ENTE é, ou será recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2017:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reclassificado)	589.563
Receita de operação e manutenção	14.364
Remuneração do ativo financeiro da concessão	194.471
(-) Parcela variável	(1.372)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(206.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	590.894
Receita de operação e manutenção	13.986
Remuneração do ativo financeiro da concessão	171.599
(-) Parcela variável	(5.170)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(212.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	558.513
Contas a receber da concessão - circulante	241.339
Contas a receber da concessão - não circulante	317.174
Total circulante e não circulante	558.513

As contas a receber da concessão incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante a que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ENTE considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. INVESTIMENTOS

(a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios apresentados:	STC	ERTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	43.580	59.857	103.437
Resultado de equivalência patrimonial	5.977	14.305	20.282
Dividendos declarados	(4.164)	(13.271)	(17.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	45.393	60.895	106.288
Resultado de equivalência patrimonial	6.090	13.728	19.818
Dividendos declarados	(5.861)	(13.250)	(19.111)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	45.622	61.373	106.995

A ENTE reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em aplicações por meio do método de equivalência patrimonial.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota		2017		2016	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida						
Custo dos serviços prestados						
Pessoal			(2.634)	(3.570)		
Material e serviços de terceiros			(5.346)	(5.376)		
Outros			(384)	(387)		
Lucro bruto (Despesas) Receitas operacionais						
Despesas gerais e administrativas			(3.488)	(3.222)		
Pessoal e administradores			(739)	(766)		
Material e serviços de terceiros			(218)	(221)		
Depreciação e amortização			(1.548)	(1.299)		
Outras			(19.818)	(20.286)		
Resultado de equivalência patrimonial						
Lucro operacional antes do resultado financeiro						
Receitas financeiras	16	4.035	3.394			
Despesas financeiras	16	(25.514)	(40.809)			
Lucro antes da IR e CS						
Imposto de renda e contribuição social						
IR e CS correntes	17	(13.181)	(8.149)			
IR e CS diferidos	10 e 17	59.291	(8.818)			
Lucro líquido do exercício						
Lucro líquido do exercício por ação ordinária - em R\$						
			1,625932	1,414776		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota		2017		2016	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício						
Outros resultados abrangentes						
Total do resultado abrangente do exercício						
			163.959	142.666		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

Dados das companhias:	Coligadas	
	STC	ERTE
Total do ativo	260.531	170.979
Total do passivo	13.259	9.540
Patrimônio líquido	247.272	161.439
Receita líquida	43.105	163.867
Lucro líquido	33.006	36.110
Quantidade de ações	211.003.246	42.066.985
Participação da ENTE:		
Quantidade de ações no capital social	38.930.597	15.992.286
no resultado	18,45%	38,02%
no patrimônio líquido	6,090	13,728
	45,622	61,373

Financiadores/Credores

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

registrado em suas demonstrações contábeis um saldo significativo relacionado ao contas a receber (ativo financeiro) da concessão, sendo esse saldo relacionado aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão em consonância com o contrato de concessão. O referido contrato de concessão assegura incondicionalmente à Companhia o direito de receber caixa ou equivalente de caixa em contrapartida aos investimentos realizados, independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, caracterizando-se assim um ativo financeiro. Durante o período de concessão, o valor relativo ao contas a receber da concessão se realiza por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), conforme contrato de concessão. Adicionalmente, esse ativo financeiro é mensurado a cada período de reporte considerando-se uma taxa de atualização baseada em índices inflacionários e descontado pela taxa interna de retorno da Companhia. Ao término do período de concessão é assegurado à Companhia o direito à indenização relativa ao investimento realizado e não recuperado durante o período de concessão pelo recebimento da RAP. Devido a relevância do ativo financeiro no contexto das demonstrações contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Obtivemos o entendimento sobre os controles internos chave relacionados à valorização do saldo de Contas a receber da concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil do ativo financeiro e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização dos investimentos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para valorização das contas a receber da concessão (ativo financeiro), incluindo a razoabilidade das principais premissas utilizadas incluindo a taxa de reajuste da RAP e taxa de desconto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, ainda, a inspeção documental, em base amostral, das transações que resultaram em adições ao ativo financeiro da Companhia ocorridas durante o exercício, considerando a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo financeiro e gastos com manutenção reconhecidos no resultado do exercício bem como a natureza desses investimentos. Consideramos ainda, em base amostral, a conciliação

entre os registros contábeis e movimentação do recebimento financeiro dos valores relativos à RAP. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia em suas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável a valorização do saldo de Contas a receber (ativo financeiro) da concessão no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo

Contador CRC 1SP160482/O-6

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

Fabian Junqueira Sousa

Contador CRC 1SP235639/O-0